

MANUAL DE DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO

EDITAL Nº 01/2021

Disciplina a publicação de artigos no livro MANUAL DE DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO

O Conselho Editorial do livro MANUAL DE DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO convoca os interessados na publicação de artigos científicos no referido livro, nos seguintes termos:

1. DA FINALIDADE

1.1. O livro MANUAL DE DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO tem por finalidade promover o debate e a reflexão crítica sobre os principais temas de competência da Justiça do Trabalho. Para tanto, se propõe a divulgar a produção científica de advogados. O livro será denominado como “MANUAL DE DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO”.

2. DA COMISSÃO EDITORIAL

- 2.1. A Comissão editorial e organizacional é composta pelos advogados Diego Augusto Granzotto de Pinho, Katia Cristina de Paiva Pinto Vasconcellos e Tiago Alves da Silva.
- 2.2. Caberá ao Conselho Editorial da Revista analisar, aprovar e selecionar os artigos científicos a serem publicados;
- 2.3. Da decisão do Conselho não caberá pedido de reconsideração ou recurso.

3. DA INSCRIÇÃO

- 3.1. Os interessados deverão encaminhar pedido de inscrição para realização dos artigos científicos, com o tema escolhido, diretamente no endereço eletrônico lenie.oabms@gmail.com, até o dia 19 de maio de 2021, com o assunto “Artigo Livro CAT”;
- 3.2. Caso o tema já tenha sido escolhido por outro autor, a Comissão responderá o e-mail dando prazo de 24 horas para que seja escolhido outro tema.

4. DO ENCAMINHAMENTO

- 4.1 Os artigos científicos deverão ser encaminhados virtualmente, em formato Microsoft Word, apenas para o endereço eletrônico lenie.oabms@gmail.com impreterivelmente até o dia 03 de junho de 2021, sob a forma de anexo à mensagem eletrônica;
- 4.2 O encaminhamento dos artigos científicos autoriza automaticamente a publicação.
- 4.3 Caso opte pela posterior desautorização, o(a) autor(a) deverá proceder à comunicação pelo mesmo endereço eletrônico constante no subitem anterior, até o dia 10 de junho de 2021;
- 4.4 Da mensagem eletrônica deverá constar nome completo e telefone do(a) autor(a).

5. DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS – REQUISITOS

- 5.1 As artigos deverão guardar relação com o título do livro, se limitando aos seguintes temas: 1. Princípios Constitucionais e a reforma trabalhista; 2. Normas Internacionais de Direitos Humanos e a Lei n. 13.467/17; 3. Reforma trabalhista em face do sistema de controle de constitucionalidade; 4. Interpretação conforme a Constituição; 5. A reforma trabalhista e os fundamentos históricos-filosóficos-políticos do Direito do Trabalho; 6. Grupo Econômico. Solidariedade das empresas. Responsabilidade dos Sócios; 7. Prescrição Intercorrente; 8. Duração do Trabalho. Jornada extraordinária e banco de horas. 9. Teletrabalho e as novas tecnologias de controle da jornada. 10. A reforma trabalhista e o empregado hipossuficiente. 11. A insegurança dos trabalhos precários; 12. Trabalho a tempo parcial; 13. Indenização por Danos Extrapatrimoniais na relação

de trabalho; 14. Salário. Natureza jurídica. Verbas componentes da remuneração; 15. Empregado Hipersuficiente; 16. Dispensas Individuais e plurimas; 17. Terceirização Trabalhista e a dignidade da pessoa humana; 18. Limites da Negociação coletiva e a intervenção mínima do Poder Judiciário; 19. O Sindicato e a comissão de representação dos empregados; 20. Liberação de valor incontroverso na execução trabalhista; 21. Efeitos práticos ou consequências do fim da ultratividade; 22. Exercício da função social da advocacia trabalhista para a realização da justiça e aplicação do Direito; 23. Honorários advocatícios e o acesso à justiça. Benefícios da Justiça gratuita; 24. Responsabilidade por dano processual. Litigância de má-fé; 25. Institutos trazidos pela Lei 13.467/17 violadores do princípio constitucional da indispensabilidade do advogado; 26. Prescrição intercorrente. Impulso oficial e a efetividade da execução trabalhista; 27. Jurisdição Voluntária; 28. Ação trabalhista e requisitos da petição inicial; 29. Defesa Trabalhista e seus requisitos; 30. Recurso de revista. Instituto da transcendência; 31. Direito intertemporal e o processo do trabalho; 32. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica; 33. A Reforma Trabalhista e as novas formas de contratação; 34. Audiência de Instrução e Julgamento; 35. Honorários advocatícios em fase de execução; 36. Produção antecipada de provas; 37. Acidentes do Trabalho; 38. Nova Lei de Falências e seus reflexos trabalhistas; 39. Contrato de trabalho autônomo e as fraudes trabalhistas; 40. Ônus da prova; 41. Liquidação da Petição Inicial. Obstáculo ao acesso à Justiça; 42. Mandado de Segurança. 43. Direito do trabalho e a Pandemia. 44. Audiências de Instrução e Julgamento virtuais; 45. Recurso Ordinário e seus requisitos; 46. Agravo de Petição. 47. Execução Trabalhista; 48. Equiparação salarial, desvio de função e acúmulo de funções. 49. Medidas Provisórias 1.045 e 1.046 de 2021; 48. Covid-19 e responsabilidade patronal;

5.2 Não poderá haver a repetição de temas, sendo que sugestão de tema diverso do item anterior será analisado pelo Conselho.

5.3 Os artigos serão limitados a um por advogado(a).

5.4 Os artigos científicos deverão ser encaminhados devidamente corrigidos ortograficamente e com observância às regras da ABNT.

5.5 Para a manutenção da qualidade científica do Livro, os artigos científicos observarão, obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

5.5.1. Conterão entre quinze e vinte páginas, preparados em formato Microsoft Word (letra Arial ou Times New Roman tamanho 12);

5.5.2. Os textos conterão, obrigatoriamente, a seguinte estrutura:

a) título (e subtítulo, se houver);

b) nome do autor (a);

c) qualificação sucinta do (a) autor (a) (em nota de rodapé);

d) resumo em português, com o máximo de duzentas palavras;

e) mínimo de três e máximo de seis palavras-chaves (em português) que representem o conteúdo do texto;

f) sumário;

g) introdução;

h) corpo do texto;

i) considerações finais;

j) referências bibliográficas;

- 5.5.3.A referência ao (à) autor (a) do artigo (subitem 5.3.2, alínea “c”) deverá conter os dados relativos à sua maior titulação acadêmica, além do cargo que ocupa na respectiva Região da Justiça do Trabalho ou em outro órgão/instituição, com a indicação do Estado da Federação.
- 5.5.4.As citações deverão ser feitas em sistema de nota de rodapé, de acordo com as normas atualizadas da ABNT; não serão aceitos trabalhos com citação do tipo autor/data;
- 5.5.5.As referências bibliográficas deverão vir no final do texto;
- 5.5.6.As citações de textos de outros autores que ultrapassem três linhas devem ser feitas em parágrafo apartado, com recuo de 4 cm e sem aspas e letra tamanho 10; as demais citações deverão vir no corpo do texto, entre aspas;
- 5.5.7.Com o encaminhamento dos artigos, os (as) autores (as), automaticamente, autorizam a OAB/MS e de sua escolha a realizarem pequenas correções gramaticais que não alterem o teor do trabalho;
- 5.5.8.O Conselho Editorial poderá convidar autores (as) a publicarem artigos no livro, dada a relevância do tema ou a notoriedade do autor (a), será dispensada a observância aos requisitos de que trata o item “4.1”.

6. DA NÃO OBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS FORMAIS

- 6.1 Os trabalhos que não observarem as normas deste edital, especialmente as formais, serão devolvidos aos (às) seus (suas) autores (as), para readequação em dois dias, sob pena de não publicação.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 7.1 O encaminhamento dos artigos científicos autoriza automaticamente a sua publicação;
- 7.2 O conteúdo dos artigos científicos é de responsabilidade exclusiva de seus(as) autores (as);
- 7.3 Não haverá nenhuma retribuição pecuniária pelos artigos enviados ou publicados, uma vez que a simples remessa para publicação importa a renúncia dos direitos autorais de qualquer natureza, especialmente a patrimonial;

8. DA PUBLICAÇÃO

- 8.1 O Livro será editado e publicado por editora a ser escolhida pela Comissão Editorial e pela OAB/MS.

Campo Grande, MS, 12 de maio de 2021.

CONSELHO EDITORIAL DO LIVRO MANUAL DE DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO